

volume

24/1

Agosto/2018

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica





Obra publicada pela

Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal
Vice-Reitor: Luis Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete: Aline Elias Lamas

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infra-estrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

CONSELHO EDITORIAL

Representante das Ciências Agrônomicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (Titular), Cesar Valmor Rombaldi (suplente) e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente) | Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelar José Strieder (titular) e Juliana Pertille da Silva (suplente) | Representante da Área das Ciências Biológicas: Raquel Ludke (suplente) | Representante da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto | Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina (titular) e Giovanni Felipe Ernst Frizzo (suplente) | Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales | Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte e Guilherme Camargo Massau (suplente) | Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva (titular) e Maristani Polidori Zamperetti (suplente)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristuê Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristuê Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Magno Santos | Fernando Ripe

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2018/1

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.24/1, (ago. 2018). – Pelotas: Editora da UFPel, 2018.

1v.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat

Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra editada e publicada em agosto de 2018**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DE HISTÓRIA: TEMAS, FONTES E PROBLEMATIZAÇÕES

HISTORY OF EDUCATION AND HISTORY TEACHING: THEMES, SOURCES AND PROBLEMATIZATIONS **06**

Magno Santos | Fernando Ripe

A ESCRITA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XIX E A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NAS LIÇÕES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

THE WRITING AND TEACHING OF HISTORY IN THE NINETEENTH CENTURY AND THE REPRESENTATION OF INDIGENOUS IN LESSONS OF JOAQUIM MANUEL DE MACEDO **10**

Martha Victor Vieira

AS REPRESENTAÇÕES DO ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO NA IMPRENSA LOCAL PELOTENSE DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

THE REPRESENTATIONS OF THE ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO IN THE LOCAL PRESS PELOTENSE DURING THE FIRST HAL OF THE XX TH CENTURY **33**

Jeane dos Santos Caldeira | Jezuína Kobls Schwanz

IMAGENS DAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES SALESIANAS NA CIDADE DO RIO GRANDE/RS (1910-1960).

IMAGES OF SALESIAN PROFESSIONAL WORKSHOPS IN THE CITY OF RIO GRANDE / RS (1910-1960). **51**

Hardalla Santos do Valle

A EDUCAÇÃO FEMININA ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA REVISTA CARETA (1914-1918)

THE FEMALE EDUCATION BETWEEN NORMALIZATION AND RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE SPEECHES OF CARETA MAGAZINE (1914-1918) 72

Fernanda C. Costa Frazão

DA MATERIALIDADE AO CONTEÚDO: ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

FROM MATERIALITY TO CONTENT: ANALYSIS OF THE DIDACTIC MATERIAL OF THE BRAZILLIAN LITERACY MOVEMENT 102

Leide Rodrigues dos Santos

“EDUCAR É CONSTRUIR PARA O INFINITO”: ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFORMADORES RELATIVOS À REFORMA DE 1971 NOS EDITORIAIS DA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974)

"EDUCATION IS BUILDING FOR THE INFINITE": ANALYSIS OF THE TRANSFORMING SPEECHES RELATED TO THE REFORM OF 1971 IN THE EDITORIALS OF THE REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974) 121

Simôni Costa Monteiro Gervasio | Alessandro Carvalho Bica

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL

THE TEACHING OF HISTORY ANT EDUCATIONAL PRACTICE: THE CHALLENGES OF TEACHERS IN ELEMENTARY SCHOOL 145

Helena Gouveia da Silva Oliveira | Irlanda do Socorro de Oliveira Mileo | Renato Pinheiro da Costa

**NAS VOLTAS QUE A FORMAÇÃO EM HISTÓRIA DÁ: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTAR COORDENADOR PEDAGÓGICO NA
REDE BÁSICA DE ENSINO**

THE TURNS THAT THE GRADUATION IN HISTORY GIVES: A REPORT OF
EXPERIENCE ON THE STUDENT PEDAGOGICAL COORDINATOR IN THE
BASIC NETWORK OF TEACHING

Felipe Nóbrega Ferreira

170

“EDUCAR É CONSTRUIR PARA O INFINITO”: ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFORMADORES RELATIVOS À REFORMA DE 1971 NOS EDITORIAIS DA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974)

"EDUCATION IS BUILDING FOR THE INFINITE": ANALYSIS OF THE TRANSFORMING SPEECHES RELATED TO THE REFORM OF 1971 IN THE EDITORIALS OF THE REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974)

Simôni Costa Monteiro Gervasio¹
Alessandro Carvalho Bica²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise realizada nos editoriais da *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* entre os anos de 1972 a 1974, discutindo as ideias veiculadas pela revista aos professores da época. Através de metodologia aplicada, a análise documental, verificou-se que, neste período, logo após a implantação da reforma do ensino de 1971, a revista assume um caráter instrumental e que os editoriais, em sua maioria, são carregados de propostas aos professores sobre o seu comportamento frente aos novos desafios propostos pela reforma. Neste contexto, e por meio de uma perspectiva histórico-materialista, é possível configurar a *Revista do Ensino* como um canal direto de comunicação entre a Secretaria de Educação, responsável pela publicação, e os professores, utilizado para a transmissão de ideias sobre práticas e métodos que deveriam ser implantados na prática docente.

Palavras-chave: Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, editorial, prática docente.

Introdução

O foco deste artigo são os editoriais da Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1972 a 1974 buscando-se identificar quais as propostas pedagógicas eram transmitidas aos professores da época através da publicação, organizada e supervisionada pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Parte-se, então, da ideia defendida pela pesquisadora Maria Helena Camara Bastos sobre a importância das revistas pedagógicas como ricas fontes

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa. E-mail: si_costa@msn.com

² Doutor em Educação e professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: alessandro.bica@unipampa.edu.br

de informação e pesquisa sobre o cotidiano de sala de aula. Para a pesquisadora, o funcionamento das revistas pedagógicas serve como “um dispositivo privilegiado para a reflexão sobre o modo de produção do discurso sobre *ser docente*” (Bastos, 1994, p.134). Com isso, compreende-se a importância e a validade de análises como a proposta por esta pesquisa que objetiva identificar em que medida a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul funcionou como um elo de comunicação e informação entre a Secretaria de Educação do Estado, responsável pela construção e edição da publicação, e os professores do Rio Grande do Sul.

Para tal, busca-se, ainda, compreender o funcionamento da imprensa periódica pedagógica ou imprensa de educação e ensino, da Revista do Ensino para a educação do Rio Grande do Sul, sua importância, período de edição e foco de atuação, bem como destacar a importância e o funcionamento do editorial em uma publicação impressa.

O estudo do lugar ocupado pela imprensa periódica pedagógica é, também, uma alternativa de investigação capaz de desvendar as estratégias editoriais e educacionais presentes em um determinado período de tempo. Considerando este aspecto, este trabalho tem como período de análise os anos seguintes a publicação na lei nº 5.692/71 que atualizou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 e modificou o sistema de ensino em vigência. Com isso, analisou-se os editoriais contidos nas edições dos anos de 1972 a 1974, totalizando 18 textos que compõem a coleção de Revistas do Ensino disponível na biblioteca da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) de Bagé.

da Comunicação Social, o autor José Marques de Melo (2003) argumenta que o editorial “é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa” (MELO, 2003, p. 103). Com isso, a análise dos editoriais e a compreensão do seu funcionamento neste artigo tem caráter fundamental, uma vez que, busca-se compreender de que maneira essa seção consegue transmitir ideias e concepções aos seus leitores ao mesmo tempo em que precisa apresentar-se como imparcial e neutro, mesmo que carregado de concepções, que disfarçadas e aparentemente inofensivas, compõem o discurso oficial que a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul transmitia aos professores da época.

Para a realização desta pesquisa, a metodologia escolhida foi à análise documental⁴, partindo da coleta de dados junto ao acervo da Biblioteca da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) que abriga uma coleção de Revistas do Ensino do Rio Grande do Sul. As revistas foram fotografadas e, após sua organização, foi possível realizar a análise do material com o auxílio do referencial teórico.

Buscou-se então, através da análise documental investigar os dispositivos editoriais presentes na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul entre os anos de 1972 e 1974 e que compõem o discurso oficial que era repassado aos professores da época a respeito de prática e métodos que deveriam ser utilizados em sala de aula.

A investigação sobre o discurso veiculado em revistas pedagógicas permite ao pesquisador tomar contato com as manifestações de perpetuação de práticas e propostas, com diferentes representações da vida escolar, com projetos de intervenção educacional e agendas de inovação, configurando a imprensa pedagógica como uma vasta e importante fonte de conhecimento e informação a respeito da história da educação e, englobando neste contexto a Revista do Ensino, uma das mais importantes publicações da área no Rio Grande do Sul que se manteve ativa por muitos anos, funcionando como um guia aos professores com orientações e sugestões sobre o desenvolvimento do

⁴ De acordo com Pimentel (2001), a análise documental constitui-se como “um processo de garimpagem” (PIMENTEL, 2001, p. 180) uma vez que a análise depende de documentos que, depois de encontrados, precisam de tratamento e, orientados pelo problema proposto pela pesquisa, estabelecem a montagem das peças e, conseqüentemente, da pesquisa e trabalho final. A autora argumenta também que “organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo” (PIMENTEL, 2001, p.184). O procedimento de análise utilizado auxiliou, por meio do seu caráter investigativo, na percepção sobre a importância dos documentos coletados e que foram analisados e submetidos a tratamento.

papel docente⁵.

Imprensa periódica pedagógica: O que é? Para que serve?

As revistas pedagógicas são muito populares entre os professores de todos os níveis de ensino, sendo uma imprescindível fonte de estudo para pesquisadores da História da Educação. Muitas delas englobam mais do que artigos a respeito do trabalho do professor, mas apresentam também fórmulas, dicas, resumos e materiais que podem ser transportados diretamente para o uso em sala de aula. Este conjunto de publicações destinadas ao magistério e composta editorialmente por assuntos educacionais é o que Beurier (apud Bastos 2002, p.06) define como imprensa periódica pedagógica ou o conjunto de revistas que “visam principalmente guiar a prática cotidiana do seu ofício, oferecendo-lhes informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a condução da classe e a didática da disciplina”.

Outros autores também pesquisam sobre a importância e a função da imprensa pedagógica. Para Antônio Nóvoa (2002) a análise da imprensa periódica:

Permite apreender discursos que articulam práticas e teorias que se situam no nível macro do sistema mas também no nível micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. (...) A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos atores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.). (NÓVOA, 2002, p. 11 – 13)

A autora Denice Barbara Catani (1996) também faz suas contribuições sobre a importância e atuação das revistas especializadas em educação:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do

⁵ Esta pesquisa relaciona-se com o projeto As Políticas Públicas de Formação de Professores em impressos pedagógicos: O caso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1978), com resultados disponíveis em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/projetorevistadoensino/>

campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p. 117)

A autora defende ainda que a partir da análise de um dado espaço de tempo de uma revista pedagógica é possível “reconstruir, num momento dado, estágios de funcionamento e estruturação do campo educacional” (CATANI, 1996, p. 116). A partir dessa ideia, a autora reforça a importância da imprensa periódica pedagógica como uma fonte viva de informações do passado, além de apresentá-la como núcleo informativo para os professores que tem nas páginas das revistas pedagógicas “o discurso legítimo sobre as questões de ensino e o conjunto de prescrições ou recomendações sobre formas ideais de realizar o trabalho docente” (CATANI, 1996, p. 116).

Sobre a importância da imprensa periódica pedagógica, os autores Pierre Caspard e Pénélope Caspard (2002), ao estudarem o funcionamento das revistas pedagógicas francesas, descrevem que elas possuem “o objetivo específico e principal de ajudar e guiar os professores na sua prática de ensino” (CASPARD e CASPASD, 2002, p. 34). E acrescentam ainda que “abundante e diversa, a imprensa pedagógica é um *media* muito mais interativa que os tratados ou os manuais e dessa maneira constitui um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação”. (CASPARD e CASPARD, 2002, p. 34).

Contudo, percebe-se que, muito além do que um simples veículo de informação, as revistas pedagógicas, que compõem a imprensa periódica pedagógica são um vasto campo de pesquisa e informação a respeito do fazer docente, não somente para pesquisadores, mas principalmente para os professores atuantes, que tem em suas páginas um campo de encontro, de troca de experiências e dilemas e que podem reconhecer-se e aprimorar-se através do que é divulgado e perpetuado nas revistas pedagógicas, assim como defende Bastos (2002) ao dizer que “a Imprensa Periódica Pedagógica é um instrumento de pesquisa que se apresenta como importante fonte de informação para a história da educação” (BASTOS, 2002, p. 49).

Além disso, sua importância perpassa a mera informação, já que são

documentos vivos e dinâmicos para o entendimento das práticas perpetuadas ao longo dos tempos. A importância da imprensa periódica pedagógica dá-se e é reforçada ao longo do tempo com a perpetuação e aparecimento de publicações que logo ganham a confiança e credibilidade dos professores, que as introduzem em suas rotinas.

A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

Editada no Rio Grande do Sul, a Revista do Ensino foi uma das mais importantes publicações da área graças à credibilidade que alcançou junto aos professores gaúchos e brasileiros e que pode ser comprovada, inicialmente, somente pelo seu tempo de circulação: de 1939 a 1992, já que a maioria das publicações pedagógicas tem seu tempo de vida, em média, de dez anos, conforme afirmam Caspard e Caspard (2002). Outro fator fundamental, de acordo com Bastos (2002) para o sucesso da Revista do Ensino “parece ter residido na característica de fornecer farto material didático ao professor, junto com orientações metodológicas” (BASTOS, 2002, p. 54). Segundo a autora, através da Revista do Ensino é possível “analisar os projetos políticos pedagógicos que circulavam nos meios educacionais e moldaram a educação no Rio Grande do Sul” (BASTOS, 2002, p. 50).

Bastos (2002), ainda, destaca a respeito dos objetivos da Revista do Ensino:

Vinculada à Secretaria de Educação e Saúde Pública, desde setembro de 1939, a revista procurava ser para o seu público leitor – magistério rio-grandense – um veículo das orientações didáticos-pedagógicas, da legislação do ensino, de notícias educacionais, em suma, da política educacional. Durante os anos de publicação, constituiu-se num significativo instrumento de propagação da doutrina pedagógica oficial; tribuna para diferentes especialistas, que expuseram seus pensamentos, refletindo o movimento de ideias, em nível regional e nacional. (BASTOS, 2002, p. 50)

A Revista do Ensino do RS, de acordo com Bastos (2002) foi editada pela primeira vez em setembro de 1939, e publicada até o ano de 1942, configurando esta como a primeira fase da edição do periódico. Após, entre 1951 e 1992, voltou a circulação em virtude das ações das professoras primárias Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira, sendo este período considerado a sua segunda fase, e com “o objetivo de preencher o lugar vazio que havia junto ao professor primário, estagiário ou não” (BASTOS, 2002, p. 51). Durante seus 26 anos de atuação, conforme fala Bastos (2002), a revista

publicou cento e setenta (170) números, com oito a dez números anuais e uma média de 80 páginas “de material informativo didático pedagógico” (BASTOS, 2002, p. 52).

Vinculada a Secretaria de Educação do Estado, a Revista funcionava como um guia para os professores que encontravam em suas páginas “a solução para resolver os árduos, porém sublimes, problemas do seu mister, e orientações/sugestões sobre como desempenhar suas funções” (BASTOS, 2013, p.03), a autora observa ainda que a revista se constituiu como um significativo instrumento de propagação das propostas pedagógicas oficiais da época.

Os professores tinham acesso à Revista do Ensino através da venda avulsa ou por assinatura. A partir de 1971, com a reforma do ensino através da lei nº 5.692/71, a Revista ampliou sua área de abrangência para, além do nível básico do ensino, alcançar os demais níveis e atingir o caráter nacional, com escritórios em diversos Estados e, entre os anos de 1971 e 1973, alcançar a tiragem de 55.000 exemplares, a maior de sua história. A esse respeito, Bastos (2002) argumenta que “a tiragem é um significativo indicador da repercussão da Revista no meio educacional regional e nacional” (BASTOS, 2002, p. 54). E conclui dizendo que a Revista do Ensino pode ser considerada “como um importante, e muitas vezes único, meio de (in)formação à disposição do professor e de utilização na sua prática cotidiana” (BASTOS, 2002, p.54).

A esse respeito e, também sobre o papel da imprensa periódica pedagógica, desempenhado pela Revista do Ensino, Bastos (1994) argumenta que:

A Imprensa Periódica Pedagógica funciona como um dos dispositivos de orientação e direção — intelectual e moral — do magistério rio-grandense, e também como mecanismo de educação continuada do professor; de conformação de suas práticas sociais e escolares. O discurso da Revista do Ensino procura universalizar valores, a fim de produzir sentido ao leitor sobre a identidade do professor, engendrando e fixando um perfil ideal e idealizado. (BASTOS, 1994, p. 142)

No caráter prático, a Revista do Ensino foi uma publicação oficial da Secretaria de Ensino do Rio Grande do Sul organizada e direcionada aos professores gaúchos como o objetivo claro transmitir aos docentes as práticas, métodos e ideias oficiais. Era um veículo de grande prestígio entre os seus leitores e que por muitos anos foi o mais expressivo elo de ligação entre a Secretaria de Educação e o magistério gaúcho.

Em grande parte da sua história foi redigida e supervisionada por

professores que compunham a Secretaria de Educação na época recebendo, também, a participação de outros docentes que enviavam cartas e artigos para publicação. Apenas em um curto espaço de tempo, a partir de 1991, a Revista é feita por jornalistas, que tinham como tarefa “perguntar, investigar, escrever e se comprometer com esta fascinante tarefa da Educação” (BASTOS, 2002, p. 61).

Ao longo do seu período de edição, passou várias mudanças, inclusive sendo conduzida por diferentes editoras e estando vulnerável também às mudanças políticas que determinavam os rumos da Secretaria de Educação do RS, mas sempre manteve seu foco de atuação e público alvo – o magistério, tendo como objetivo principal ser um canal de comunicação com os professores, auxiliando no dia-a-dia de sua sala de aula.

O editorial na publicação impressa

Uma publicação impressa que tem como objetivo informar é, normalmente, dividida em seções, cada qual, com uma função. Estas funções modificam-se, também, de acordo com o material que está sendo produzido (um jornal, uma revista, um informativo) e, em cada um deles, as seções ganham formatos adequados e diversificados. O editorial, no entanto, é uma unanimidade em publicações informativas impressas, já que ele é responsável pela abertura do material e por transmitir uma ideia de tudo o que se irá encontrar nas próximas páginas da publicação.

É responsabilidade do editorial, também, despertar o interesse pela leitura do material, assim como transmitir a opinião oficial do veículo a respeito dos assuntos abordados, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer seu lado imparcial e crítico. Um editorial é, assim, um campo aberto para o diálogo direto entre a publicação e o leitor. É o espaço onde a linguagem será objetiva, clara, direta e precisa e que carrega a responsabilidade de ser a peça chave e fundamental de uma publicação impressa.

É preciso compreender, também, que para a imprensa escrita, o editorial representa a voz do veículo. Do campo da Comunicação Social, o autor José Marques de Melo (2003) argumenta que o editorial “é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa” (MELO, 2003, p. 103). O mesmo autor acrescenta que o editorial é um espaço de contradições e que o seu discurso carrega uma teia de articulações políticas e sociais que tem como vocação aprender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua ação cotidiana, assim, o editorial é dirigido a coletividade e configura-se como uma maneira de

demonstrar o que a organização jornalística gostaria de transmitir em forma de ideia, opinião e ideologia.

Para apoiar o pensamento de Melo (2003), usa-se neste trabalho o conceito de ideologia proposto por Gramsci (1978) que diz que ideologia é “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16).

A ideologia, em jornalismo, está acompanhada da busca pela imparcialidade. Uma vez que se tem a premissa de que um jornalismo sério, correto e comprometido com a informação é imparcial. Outro fato importante é que o poder de convencimento e de imposição de ideias de um editorial é tão conhecido e utilizado pelas publicações que “as instituições jornalísticas atribuem à produção dos editoriais uma atenção toda especial que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem” (MELO, 2003, p.105). Tal importância é também reforçada quando se observa quem é o responsável, na maioria dos casos, pela elaboração dos editoriais: o editor de um veículo, a figura máxima presente em uma redação jornalística, o responsável por tudo o que é escrito e publicado e pelos rumos que são dados para a apuração de cada informação.

Reconhecendo a importância do editorial em uma publicação impressa, pelo seu valor ideológico e neutro, justifica-se a importância de se estar atento ao que diz e transmite esta seção aos leitores. O editorial, mais do que a abertura e introdução de uma publicação, é a chave para a compreensão a respeito do que se poderá encontrar nas entrelinhas de um texto jornalístico ou informativo. Ele é a peça chave para a compreensão a respeito de quais aspectos uma publicação valoriza e quais julga inferiores. É através da leitura do editorial que o leitor pode preparar sua criticidade para ler o material e desvincular-se das manipulações, conseguindo elaborar uma opinião crítica e reflexiva a cerca do que foi publicado, já que é o editorial quem diz abertamente quais os objetivos que se tem ao publicar algo sobre determinado assunto, sendo ele peça fundamental em qualquer publicação impressa jornalística e informativa.

A Lei nº 5.692/71 e a reforma do ensino

Publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar e quando o Brasil era governado por Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a Lei nº 5.692/71 estrutura a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 e provoca uma reforma no modelo de ensino vigente alterando aspectos relacionados ao ensino e a

organização escolar em 88 artigos que tratam do ensino de 1º e 2º graus, do ensino supletivo, das necessidades de qualificação para professores e especialistas, do financiamento do ensino, além de criar mudanças gerais e outras transitórias.

Já em seu primeiro artigo, a nova lei fala que o ensino tem como objetivo geral proporcionar aos alunos a formação necessária para desenvolvimento de suas potencialidades, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. O artigo quarto trata da organização do ensino e estipula que o ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos, demonstrando um início de preocupação em atender as peculiaridades regionais em que cada escola está inserida e reconhecendo a importância deste aspecto ser levado em consideração na organização escolar.

A preocupação com a preparação para o mercado de trabalho aparece no artigo 6º, que permite a criação de convênios cooperativos com as empresas. O artigo 7º estabelece a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus e representa uma das principais mudanças no currículo escolar que deixa de trabalhar com disciplinas reflexivas e torna o ensino religioso facultativo. A orientação profissional também passa a ser obrigatória, devendo ser realizada em cooperação com os professores, família e comunidade.

Outras mudanças dizem respeito ao ano letivo que passa a ter 180 dias, de acordo com o artigo 11 e também, no artigo 20, que torna o ensino de 1º grau obrigatório dos sete aos quatorze anos. No artigo 25 a educação a distância aparece como uma alternativa para a modalidade do ensino supletivo. A formação dos professores e especialistas também é alvo de reformulações. O artigo 30 estabelece que para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, é necessário para os professores a habilitação específica de 2º grau e para o ensino de 1º grau, até a 8ª série, habilitação específica de grau superior, em nível de graduação, representada por licenciatura obtida em curso de curta duração e, para o ensino até o 2º grau, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

O artigo 33 continua a tratar da formação dos professores que ocupam funções de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação, tornando obrigatória a

formação em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Outra mudança significativa diz respeito ao financiamento público, que passa a ser estendido também para os casos de comprovada insuficiência de recursos entre os alunos do 2º grau que não tenham repetido mais de um ano letivo. Estabelece, ainda, que os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com educação, além de fazer inúmeras outras observações e alterações, que podem ser compreendidas através das principais características da Lei 5692/71 e que promove a supervalorização da tecnologia.

Contudo, o que se percebe é que a lei nº 5692/71, teve como objetivo introduzir uma nova legislação escolar brasileira e acabou por promover uma grande reforma no ensino em vigência. A legislação é bastante clara quanto a estrutura organizacional educacional, promovendo alterações significativas na ordenação dos períodos, séries, faixas ou etapas a serem vencidas pelos alunos para completar os seus estudos em todos os graus de ensino, promovendo alterações no currículo com o pressuposto de proporcionar ao aluno a formação necessária ao seu desenvolvimento completo, para a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício de uma vida livre. Alicerçada na tecnologia, amplia o papel de atuação da escola e do professor.

Cruzamentos entre os editoriais e as propostas da nova LDB

A década de 70 foi um período de muitas mudanças no Brasil. O país convivia com a ditadura militar e viu muitas transformações acontecerem em diversos setores da sociedade. E, não poderia ser diferente com a educação. O pesquisador Dermeval Saviani (2008) em seu livro a respeito da trajetória da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileira explica que a ruptura política dada através do golpe militar de 1964 exigia adequações no âmbito educacional que garantisse a ordem socioeconômica em vigor, ajustando “a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica” (SAVIANI, 2008, p. 21).

Inicialmente o ensino superior foi alvo de reforma, através da Lei nº 5.540/68, para, em seguida, iniciar-se a reforma do ensino primário e médio, alvo da pesquisa deste trabalho. A Lei nº 5.692/71 entrou em vigor em 11 de agosto de 1971 e de acordo com Saviani (2008) “alterou sensivelmente a estrutura do ensino até então em vigor” (SAVIANI, 2008, p. 31).

As medidas decorrentes das leis 5.540/68 e 5.692/71 integram um conjunto de iniciativas tomadas no âmbito do regime autoritário caracterizado pelo fechamento político. As modificações introduzidas na organização educacional brasileira visavam garantir a continuidade da ordem socioeconômica, mas para isso foi necessário ajustar a educação à ruptura política operada em 1964, assentando, assim, um rude golpe nas aspirações populares que implicavam a luta pela transformação da estrutura socioeconômica do país. (SAVIANI, 2008, p. 31)

O autor defende o ponto de vista de que a proclamação dos objetivos da reforma do ensino revela uma continuidade nos parâmetros educacionais, mas que também é evidente que a ruptura nos parâmetros que se fazia necessária, deu-se através da reorganização da estrutura política educacional e na forma de operar e organizar os serviços educacionais. As novidades atingiram rapidamente e diretamente o ambiente escolar e, fazia-se importante difundir e informar a comunidade escolar.

Neste aspecto fica evidente o papel da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e compreensível o motivo pelo qual os cinco primeiros editoriais analisados (entre março e agosto de 1972) tem como foco a reforma do ensino. Os textos fazem referências às alterações e, inclusive, o editorial de abril de 1972, fugindo do modelo tradicional de um editorial, apresenta um texto bastante extenso, que inclui instruções diretas e muita informação a respeito dos princípios básicos da reforma, discutindo-a sob vários aspectos. Nos demais textos percebem-se uma semelhança em proclamar aos professores leitores sobre a importância da reforma e seus benefícios.

Sobre isso, o editorial de abril de 1972 comenta que:

Primeiros passos na implantação da Reforma do Ensino. Visando oferecer aos professores melhores condições para a execução da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 – que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências – é nosso propósito intensificar a divulgação, tanto na própria Revista como em separatas, de documentos a ela relacionados. Dentro desse objetivo, é que publicamos este número. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

É possível perceber ainda a justificativa dada para a necessidade da nova lei como uma importante maneira de realizar uma aproximação entre o homem e a escola e, também, como uma forma de tornar a escola um ambiente que se aproxima e assemelha-se com as novas tecnologias.

A justificativa do primeiro editorial, de março de 1972, para a reforma

do ensino é que ela se faz necessária na medida em que a escola precisa estar atenta aos novos desafios da vida tecnológica, sendo atual de modo que consiga preparar um novo homem para os desafios complexos da vida moderna. Traça um paralelo entre a tecnologia e a educação e argumenta por uma educação capaz de ser condizente com os avanços tecnológicos da época, caracterizando-se como um meio transformador. De acordo com o editorial de março de 1972:

Educar não é apenas prever as necessidades sociais, mas preparar os jovens para o imprevisível. O enfoque principal da Educação, a fim de atender as exigências de um mundo em constante mutação, visa desenvolver a capacidade de resolver problemas, conduzindo a flexíveis esquemas de assimilação de características operacionais, e não de respostas apreendidas. Quanto mais hábitos intelectuais fixos e mais poder de adaptação a situações novas tiver o educando, mais preparado estará para a vida. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

Nota-se, também uma grande quantidade de editoriais assinados pelo então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Mauro Costa Rodrigues (1971-1975). O Secretário é o autor de oito dos dezoito textos analisados e, na maioria, o foco é o convencimento dos professores e leitores sobre a importância da reforma, ressaltando como ela está sendo bem aceita e vista como uma nova e promissora alternativa para a educação. Tais argumentos e a presença constante do Secretário de Educação como autor dos editoriais reforça a ideia de que a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul era o instrumento de transmissão oficial de ideias e ideais da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul para os professores.

Os editoriais analisados demonstram também o caráter instrumental da revista, que era usada como a porta voz das políticas públicas da área e que servia como meio de informação e atualização dos professores e transmissão do discurso oficial da época. Tais argumentos podem ser reforçados pelo discurso institucional presente nos editoriais e reforçado pela presença de textos do Secretário de Educação.

Em outros editoriais, assuntos como a participação da comunidade na escola, a necessidade de atualização dos professores, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, a educação rural, a necessidade de políticas educacionais que considerem as características de cada meio em que acontece a educação, a importância da primeira infância, a orientação escolar como instrumento para a humanização que prepara para a vida e a educação no trânsito, se fazem presentes e sempre defendem aspectos relacionados com as diretrizes que podem ser observadas na nova lei.

O tema da participação da comunidade, por exemplo, é assunto em dois editoriais, em setembro e outubro de 1972, e é destacado como fundamental para a continuidade e sucesso das alterações propostas pela nova legislação. Os textos falam em mobilização pela construção de uma educação melhor e destacam a importância de humanizar a técnica, adequando a tecnologia às exigências da natureza humana e às necessidades sociais do homem.

Sobre este aspecto o editorial de setembro de 1972 argumenta que:

O processo está desencadeado. Precisamos, cada vez mais, mobilizar a comunidade para que ela seja, realmente, a grande motivadora e a verdadeira força de controle do desenvolvimento da dinâmica da nova escola. Ao procurar resolver os seus próprios problemas, ela terá, naturalmente, aumentada a complexidade de suas tarefas e a multiplicidades de suas dificuldades. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

A frase “Educar é construir para o infinito”⁶ surge pela segunda vez no editorial de novembro de 1972 e é utilizada para exemplificar o objetivo que a Secretaria de Educação tem em transmitir uma ideia de ampliação do papel da escola que, agora, precisa preocupar-se também em preparar para a vida e, principalmente, para a vida do trabalho, uma das diretrizes da Lei 5.692/71.

Saviani (2008) destaca o caráter tecnicista da nova lei, com ênfase na produtividade máxima de resultados com o mínimo de consumos e, neste aspecto, pode-se compreender que as intenções da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul eram de transmitir aos professores e leitores um caráter mais amplo da nova legislação, já que demonstra em seus editoriais a preocupação também com a vida como um todo, além da vida para o trabalho. Fica claro que a Revista busca suavizar e interpretar as linhas da nova lei de modo a apresentar que a escola precisa cuidar do cidadão também e não somente do trabalhador em uma clara incoerência com os pressupostos vividos durante a ditadura militar e destacados por Saviani (2008) como presentes na lei.

O editorial de junho de 1973 evidencia tal argumento, quando diz que:

A educação deve ser, principalmente, ajustada a sua realidade ambiental. Deve proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do aluno, procurando solucionar problemas e atender a anseios da população a que serve. A tarefa educativa

⁶ A expressão “Educar é construir para o infinito” aparece pela primeira vez nos editoriais analisados em março de 1972.

visa preparar o homem do amanhã para influir sobre a comunidade em que vive, tornando-o capaz de modificá-la. O ponto de referência não deve ser a comunidade local, mas a comunidade social, econômica e cultural brasileira, como um todo. Desse modo, os resultados em termos pessoais podem elevar-se acima das normas locais e atuais. (REVISTA DO ENSINO, 1973, p.02)

A respeito da educação rural e da adoção de políticas educacionais que considerem o meio em que a educação acontece, os editoriais de abril e junho de 1973, trazem a tona outra diretriz da Lei 5.692/71 que é o de fornecer uma educação adequada ao meio e a realidade em que ela acontece. O assunto demonstra uma preocupação atual de que o ensino seja adequado à realidade de cada educando, mas que isso não signifique que o ensino deve ser menos ou mais exigente. Pensar em alternativas para a educação é um significativo passo para a qualidade em todos os meios e, pode ser considerado um avanço, sempre que esta educação consiga proporcionar a potencialidade do aluno, procurando solucionar problemas e atender a anseios da comunidade que serve.

A esse respeito, o editorial de abril de 1973 diz que:

Surge assim, a necessidade de nos voltarmos também para o fator qualitativo do ensino rural, respondendo às exigências da escola moderna, atualmente muito mais complexa, mais dinâmica: uma escola onde a informação é apenas um dos aspectos e onde o aluno cria hábitos, estratifica valores, incorpora as noções de seus direitos e responsabilidades individuais e comunitários, é despertado, orientado e preparado para o trabalho. (REVISTA DO ENSINO, 1973, p.02)

As temáticas da primeira infância, da orientação profissional e da educação para o trânsito aparecem em textos mais superficiais, assinados pela Supervisão de Assessoramento Especial da SEC-RS e, de cunho mais generalizado, buscam fazer uma referência aos temas, apresentando-os e ressaltando sua importância e contexto para a educação.

Outro aspecto importante da reforma do ensino e destacado por Saviani (2008) diz respeito sobre quem a realizou: “um grupo militar-tecnocrático que havia assumido o poder, excluindo os educadores” (SAVIANI, 2008, p. 33). Segundo ele, aos educadores “caberia apenas executar de modo eficiente as medidas tomadas na esfera da tecnoburocracia ocupada por técnicos predominantemente da área econômica” (SAVIANI, 2008, p. 33). Como consequência, a nova lei tornou-se alvo de críticas seguidamente realizadas pelos educadores e, talvez por este motivo, muitas vezes o discurso dos editoriais da

Revista do Ensino é direcionado ao professor, sua importância, atuação, responsabilidades, papel e carreira.

A esse respeito, Bastos (2002) diz que a Revista do Ensino, muitas vezes, “deixa um não-dito, um silêncio que faz sentido, o ocultamento do professor real e da real situação educacional brasileira, com limitações e dificuldades em cumprir as expectativas prescritas no discurso idealizado” (BASTOS, 2002, p. 74). Tal argumento fica ainda mais evidenciado se pensarmos o contexto em que a reforma do ensino foi elaborada (um regime militar e que buscava a manutenção do ensino de acordo com a nova ordem nacional) e o papel da Revista do Ensino, enquanto um veículo de comunicação, pertencente à imprensa periódica pedagógica, mas que dirigido e supervisionado pelo governo, tinha o papel de transmitir as propostas metodológicas oficiais.

A Revista do Ensino, ao mesmo tempo em que precisava ajudar a compor a ordem nacional oficial e desejada pelo regime militar, precisava da confiança e credibilidade dos professores e, talvez por isso, buscava em seus editoriais um discurso, mesmo que direto e em consonância com o que objetivava a Lei 5.692/71, apaziguador e positivo que buscava resgatar a ligação entre o professor e o Estado.

Em uma leitura geral em todos os editoriais que trazem a temática do professor é possível compreender a preocupação da Secretaria de Educação em ressaltar o trabalho docente e o incluir como fundamental e atuante para a construção de uma educação melhor, em mais uma contradição com a Lei 5.692/71 que por algumas vezes deixa o docente de lado em comparação com o poder e potencialidades da tecnologia. Parece mais uma preocupação e iniciativa da Secretaria de Educação em reforçar e privilegiar a importância e o papel do professor. Bastos (2002) reafirma o argumento ao dizer a que o discurso da Revista do Ensino “não representa o real, mas cria uma ideia do real – homogeneizador, silenciando os conflitos, pela imposição de uma atitude centralizadora, uniformizadora, em nome de uma postulada harmonia” (BASTOS, 2002, p. 74).

Ao professor são dedicados cinco editoriais no período estudado. No texto de outubro de 1973 ele atribui ao professor a função básica de buscar sempre a própria superação, além de definir o professor como um “mestre em humanidade”.

Sobre o papel do professor, o editorial de outubro de 1973 argumenta que:

Nas diversas fases de sua vida, o professor deve estar crescendo para a excelência, enfrentando a realidade, orientado pela



crença em um mundo melhor para todos. Assim, não pode esquecer que lhe caberá em muitas situações, reavivar esperanças e mesmo justificar a existência humana. Todo o professor, seja qual for a sua especialização, é acima de tudo um mestre de humanidade. (REVISTA DO ENSINO, 1973, p.02)

O editorial seguinte argumenta pela construção de uma nova visão sobre a escola e sobre o papel do professor a partir da reforma do ensino, ampliando a atuação da educação para a formação de uma nova geração que, segundo o texto, necessita de uma escola transformadora.

O editorial de maio de 1974 fala da carreira do magistério e, especificamente, do Estatuto e Carreira do Magistério Público Estadual, o justificando como uma maneira de reafirmar o valor do professor e de sua tarefa. Fala também que esta edição da Revista do Ensino servirá como subsídio informativo das atividades da Secretaria de Educação sobre as atividades desenvolvidas sobre o tema, reforçando, mais uma vez, a ideia de que era a Revista do Ensino a detentora do discurso oficial da Secretaria, que era transmitido aos professores, lembrando o papel da Revista como um meio articulador de informação entre a Secretaria e os professores e o seu papel de servir uma ponte entre eles.

O editorial de maio de 1974 diz que:

Nesta oportunidade queremos expressar a certeza de que, os documentos que constituem este Número Especial da Revista do Ensino, não só servirão de subsídios informativos, como permitirão apreender as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, apoiada nas diretrizes emanadas do Governo Federal. Este trabalho é uma prova da atenção e seriedade com que o Governo trata os problemas do magistério, incentivando a procura de soluções satisfatórias que levem a uma concreta valorização do professor como pessoa humana e como profissional. (REVISTA DO ENSINO, 1974, p.02)

Contudo, o que se percebe na leitura dos editoriais da Revista do Ensino dos anos de 1972 a 1974 é a constante preocupação da Secretaria de Educação do Ensino e Cultura do RS em transmitir ideias aos professores e diretrizes de como eles deveriam conduzir a sua ação em sala de aula. A reforma do ensino é tema presente nos editoriais de todos os anos, sendo assunto bastante explorado e retomado em várias edições, sempre demonstrado como essencial para o desenvolvimento de uma nova educação, que foca seus pilares no humanismo e na formação do homem para as adversidades e desafios da vida

moderna, sem esquecer da importância da formação para o mercado de trabalho, como uma maneira de preparar o homem para a vida.

A tecnologia é citada várias vezes e o argumento é que ela precisa ser levada em consideração na busca pela construção de uma escola situada em seu tempo e atenda às mudanças sociais, sendo utilizada como ferramenta para uma educação melhor e contextualizada com a realidade social dos alunos.

A respeito do uso da tecnologia na escola, o editorial de outubro de 1972 diz que:

Ao lado do progresso – computadores, foguetes, satélites, telecomunicações, velocidades supersônicas, enxertos, transplantes, ressuscitadores etc. – não poderão mais coexistir as velhas chagas da humanidade, tais como a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo, a ignorância, a desqualificação da mão-de-obra, a injustiça social, a escravidão do homem e até de nações. Para tal, só há um caminho lógico: aquele que, partindo de uma base de educação integral, nos conduza através da tecnologia e da participação ao almejado modelo de desenvolvimento, que nos torne cada vez mais um povo livre e feliz. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

Através da leitura dos editoriais, o foco do ensino parece ser diferente do traçado no texto da lei 5.692/71 que, abertamente, buscava o tecnicismo e a formação de mão de obra, enquanto que nos editoriais da Revista parece buscar-se a formação de qualidade e que abarque vários aspectos da vida moderna.

Neste sentido, os editoriais sugerem a busca pela formação integral do homem, não somente para o mercado de trabalho e, com isso, ampliam-se também as atribuições e responsabilidades da escola e do professor. Se, antes, eles precisam somente abarcar os conteúdos curriculares, a partir de 1972, a Secretaria de Educação passa a apelar para que a escola esteja atenta a todos os aspectos da vida e que leve em consideração o aluno e a comunidade na hora de definir os rumos do ensino.

A preocupação da Secretaria de Educação em transmitir um discurso positivo e encorajador a respeito da reforma do ensino é constante nos editoriais da Revista do Ensino. Em várias edições, assinadas pelo Secretário de Educação, os editoriais transmitem aos professores a ideia do carácter revolucionário e inovador da nova lei como se dissesse aos professores sobre a importância da nova lei, e que eles deveriam aceitar as mudanças de forma positiva e integral. Com isso, é visível a preocupação da Secretaria de Educação e da Revista do Ensino em informar os seus professores a respeito das mudanças e de garantir a eles que elas são os novos rumos que a educação necessita.

A respeito da reforma do ensino, os editoriais de junho e novembro de 1972, argumentam que:

Nenhuma lei, de todas as que até o momento foram promulgadas com vistas a promover reformas na área educacional, teve tanta repercussão nem mobilizou tanto a opinião pública como a Lei 5.692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Mais do que um impulso motivador para um estado de alerta, de reflexão, representa esta Lei o comprometimento de entidades e pessoas, em questões de natureza vital para a educação. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

A Reforma do Ensino decorre de fatores inerentes à própria evolução social brasileira. É a mola propulsora de renovação. É fator decisivo no processo do desenvolvimento nacional. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

O professor também ganha papel de destaque nos editoriais e várias vezes tem as suas funções e obrigações descritas. Na medida em que amplia o papel de atuação da educação, a reforma amplia também o papel de atuação do professor e amplia as suas responsabilidades, assim como também as da escola, reafirmando tais propostas através do editorial de março de 1973:

Estamos seguros da participação de todos os educadores, objetivando prosseguir em nosso trabalho com determinação e perseverança para acionar e aperfeiçoar o que já foi planejado, dando continuidade à implantação da Reforma do Ensino. É hora de darmos as mãos, de nos revelarmos por inteiro, de deixarmos de lado possíveis limitações e de construirmos, com compreensão e até mesmo com renúncia, a escola que o Brasil de amanhã exige para a consolidação de seu desenvolvimento. (REVISTA DO ENSINO, 1972, p.02)

Assim, o papel da Revista do Ensino parece cumprir o objetivo de transmitir informação e ser um elo de comunicação entre a Secretaria de Educação e os professores. Os editoriais analisados demonstram as preocupações da Secretaria e transmitem ideias e ambições aos professores de modo claro, direto e objetivo.

Considerações finais

A imprensa periódica pedagógica e, especificamente, a Revista do Ensino do Estado Rio Grande do Sul pode ser compreendida como uma rica fonte de pesquisa e informação a respeito do fazer docente, bem como são importantes para a compreensão a cerca de quais mecanismos, práticas e

métodos constituíam o cotidiano de sala de aula em um determinado período histórico.

Pela sua facilidade de circulação e leitura, as revistas pedagógicas possuem espaço e credibilidade junto aos professores, integrando a rotina escolar como “conselheiras” e detentoras de respostas para as mais diferentes situações vividas em sala de aula. Com isso, são fonte de informação e circulação das diretrizes oficiais, servindo como um elo de ligação entre quem produz a revista e detém o discurso oficial e os leitores professores que tem nas páginas das revistas o caminho que devem seguir ao organizar, planejar e executar as suas aulas.

A leitura dos editoriais da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul nos permite compreender que a revista foi utilizada como um meio de comunicação e de ligação com os professores e que, através do que era escrito, a Secretaria de Educação buscava transmitir aos professores, além de um discurso otimista e positivo, as diretrizes que deveriam guiar a prática docente. Em muitos momentos notam-se citações diretas que são recomendações expressas sobre o comportamento que se espera dos professores e que contém as mesmas indicações e diretrizes presentes na lei nº 5.692/71 que reformou o ensino de 1º e 2º grau, adequando-os as necessidades de uma sociedade que vivia sob o regime militar.

É claramente visível indicações a respeito da preparação para o mercado de trabalho, para o uso e convívio com a tecnologia e para a ampliação do papel de atuação da escola nos editoriais e, que são também, indicações presentes na nova legislação.

O que se pode concluir após a análise dos editoriais da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul no período de 1972 a 1974, logo após a implantação da Lei nº 5.692/71, que provocou uma reforma no ensino brasileiro através da sua reorganização, é que a revista serviu como um mecanismo de informação e transmissão da metodologia desejada pela Secretaria de Educação e Cultura do RS, organizadora da Revista, aos professores gaúchos que, tinham na revista, um guia para a sua prática docente e uma mostra das diretrizes oficiais da época, configurando a Revista do Ensino como a detentora do discurso político-ideológico embutido no discurso técnico-pedagógico da época.

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951 – 1992). In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Educação em Revista – A Imprensa Pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 2ª edição. p. 47-75.

_____. As primaveras da Revista do Ensino: História de um projeto editorial (1951-1992). In: **A Revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942) O Novo e o Nacional em Revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. Lições do passado para o presente: a história da Educação na Revista do Ensino/RS (1951-1963). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII, 2013, Cuiabá. **Anais do VII CBHE**. Cuiabá, 2013.

_____. **Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista de Ensino (1939-1942)**. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/920/826>>. Acesso em 20 dez. 2013.

CATANI, Denice Barbara. **A imprensa periódica: as revistas do ensino e o estudo do campo educacional**. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842>>. Acesso em 20 dez. 2017.

GASPARD, Pierre. GASPARD, Pénélope. Imprensa Pedagógica e a formação continuada de professores primários. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Educação em Revista – A Imprensa Pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 2ª edição. p.33-46.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo – Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Educação em Revista – A Imprensa Pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 2ª edição. p. 11-31.

PEREIRA, Luiz Henrique Ferraz. **A Revista do Ensino do Rio Grande do**

Sul e os Discursos sobre o Movimento da Matemática Moderna. Disponível em < http://www.smmmfloripa.ufsc.br/Pereira_art.pdf>. Acesso em 20 dez. 2017.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2014.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, C. M. **Produção didática da professora Maria de Lourdes Gastal e a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, IX, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX Seminário da ANPED/Sul. UCS: Caxias do Sul, 2012. p. 2-10.

Fontes

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: 1972 - edição nº 138.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº139.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº140.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº141.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº142.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº143.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº144.

_____. Porto Alegre: 1972 – edição nº145.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº146.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº147.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº149.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº150.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº151.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº152.

_____. Porto Alegre: 1973 – edição nº153.

_____. Porto Alegre: 1974 – edição n°156.

_____. Porto Alegre: 1974 – edição n°157.

_____. Porto Alegre: 1974 – edição n°158.

Abstract: The present work aims to present the results of the analysis carried out in the editorials of the *Revista do Ensino* of Rio Grande do Sul between 1972 and 1974, discussing the ideas conveyed by the Journal to teachers of the time. Through an applied methodology, the documentary analysis, it was verified that, in this period, soon after the implementation of the reform of the teaching of 1971, the magazine assumes an instrumental character and that the editorials, in the majority, are loaded of proposals to the teachers on the new challenges proposed by the reform. In this context, it is possible to configure the *Revista do Ensino* as a direct channel of communication between the Secretary of Education, responsible for publication, and teachers, used to transmit ideas about practices and methods that should be implanted in teaching practice.

Key-words: *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, editorial, teaching practice.
